

Guilherme as grandes datas da sua vida familiar e a lembrança de numerosos parentes.

Assim, o *Manual* informa ao mesmo tempo sobre a educação da sociedade carolíngia, sobre sua vida religiosa, sobre o grau de cultura e a influência que podia possuir uma esposa e uma mãe. Constitui o *Manual* um documento importante para a história da pedagogia, da família e a da piedade.

O latim de Dhuoda é muito pouco clássico. Os manuscritos do *Manual* são raros e duma delicada utilização. O Prof. Pierre Riché estabeleceu e anotou, pela primeira vez, o conjunto do texto. Os tradutores se esforçaram para torná-lo claro e atraente. É pois uma obra recomendável para os nossos estudantes universitários, que poderão dispor de um texto bilíngue (latim-francês) extremamente útil para os seus estudos.

E.S.P

* *
*

FONSECA (Fernando L.). — *O Convento de São Francisco do Conde*. Salvador. 1975, 50 págs. de texto e 20 ilustrações.

Este é o nº 4 da coleção *A Bahia e o Recôncavo* das publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho. A brochura contribui grandemente para melhor valorização do monumento histórico-religioso de São Francisco do Conde, outrora chamado "Se-gipe do Conde".

De início o autor ressalta os merecimentos dos franciscanos quanto à arquitetura religiosa baiana, dedica uma página ao padroeiro do convento, Santo Antônio, e traça o passado de São Francisco do Conde, sua gente e paróquia (p. 5-13). No resumo histórico da Custódia de Santo Antônio, ocorreu um lapso (p. 14), atribuindo-se a Frei Vicente do Salvador a transferência da Casa Capitular da Bahia para Olinda, em 1614. De fato, o convento de Olinda já figurava como sede custodial, desde 1585, ao passo que Frei Vicente, em 1614, trocou seu cargo de Guardião da Bahia pelo de Custódio de Olinda.

Ao referir a primeira tentativa de fundação do convento em São Francisco do Conde, conviria citar o documento mais antigo ainda existente de Frei Manuel da Ilha em sua *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* (Petrópolis 1975, p. 15). Outrossim, o abandono do primeiro recolhimento deve-se, antes das razões alegadas, à proibição de novas fundações monásticas decretada pelo governo colonial (p. 16).

O antigo livro de crônica, a que o autor alude (p. 17ss), vem a ser cópia resumida e adaptada do primitivo *Livro dos Guardiães* do mesmo convento; pois obedece à mesma disposição dos livros dos guardiães de Salvador, Ipojuca e Paraiba.

Os primeiros superiores da fundação de São Francisco do Conde não eram guardiães, cabendo este título, depois de mais ou menos intalado o convento; até então havia "presidentes" (p. 44 nota 37). Na lista dos guardiães convi-

ria mencionar a lei da alternativa que mandava revezar entre superiores brasileiros e portugueses, segundo se lê nas *Atas Capitulares* e se pode comprovar no livro de óbitos, ambos citados pelo autor; pois, cada óbito indica a nacionalidade do respectivo religioso.

A decadência da Província franciscana que o autor atribui ao decreto imperial da proibição dos noviciados (1855), na realidade remonta à perseguição pombalina a partir de 1764 (p. 22). — O marceneiro citado à pág. 24 vem a ser Frei Bartolomeu Sturm, não porem Fr. Bartolomeu Scheer, o qual na pág. 27 figura como professor do seminário, como de fato o foi.

A par da crônica franciscana, interessa vivamente a arquitetura do convento (p. 30 ss), notando-se a ausência de explicações nítidas quanto à disposição original do conjunto conventual. A biblioteca não ficava sobre a sacristia, conforme hoje se verifica em Salvador, Olinda, Recife etc. A própria planta baixa (ilustração 19) deveria ser mais detalhada, indicando a capela do capítulo (8A), a sala da farinha, o Dep:ofundis (rente ao refeitório), a cozinha, a primitiva sacristia etc. (Cf. Maria do Carmo Tavares de Miranda, OS FRANCISCANOS E A FORMAÇÃO DO BRASIL, Recife, 1976 p. 97 ss) A legenda da planta poderia explicar a finalidade de cada dependência, por ser geralmente ignorada pelo público.

É de esperar que outras edições congêneres futuras ou reedições satisficam as exigências da historiografia franciscana, desde que existe abundante literatura sobre esta matéria.

FREI VENÂNCIO WILLEKE, OFM.

* * *

*

LOBO (Eulália Maria Lahmeyer). — *La Influencia de los Mercaderes en la Política Comercial y Colonial Ibérica*, in "Libro de homenaje a Luiz Alberto Sanchez en sus 40 años de docencia universitaria". Lima. Talleres Graficos P. L. Villanueva S.A., 1967, p. 261-280.

O presente trabalho apresenta interessante tópico da História Ibérica, qual seja a influência exercida pelos mercadores ibéricos na política comercial e colonial de seus países.

A terceira parte trata da "Influência dos mercadores na política comercial do século XVIII", mostrando, por um lado, a decadência dos grandes comerciantes de Sevilha e de Cádiz e a ascensão dos exportadores nas regiões prósperas e dos pequenos comerciantes nas regiões decadentes. Por outro lado analisa a situação dos comerciantes portugueses até a época da invasão napoleônica, mantendo, até então, grande controle do comércio colonial, inclusive tirando dele o maior proveito.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO.